

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O “CAPITALISMO CONSCIENTE” A POLÍTICA E A DEMOCRACIA

Marta Pontes de Campos, Paulo Roberto Neves Costa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17885>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

O “CAPITALISMO CONSCIENTE” A POLÍTICA E A DEMOCRACIA

MARTA PONTES DE CAMPOS,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0974-4930>

<martapontesdecampos@gmail.com>

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná (PR), Brasil

PAULO ROBERTO NEVES COSTA,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3438-317X>

<paulocostaufpr@gmail.com>

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná (PR), Brasil

RESUMO: Este trabalho analisa uma dimensão específica da relação entre elite do empresariado brasileiro e política: as organizações que propõem formas alternativas de funcionamento da atividade empresarial e do próprio capitalismo ou que agem em relação a aspectos importantes da sociedade capitalista, e que contam com o suporte e/ou a participação de empresas e empresários. Trata-se de uma forma de relação entre empresários e política distinta das tradicionais e mais presentes na literatura. Para caracterizar essas organizações, nos referimos genericamente à expressão “Capitalismo Consciente”, que é o nome de uma organização internacional que representa o objeto e os objetivos de nossa pesquisa. A metodologia passa pela definição de critérios para seleção das organizações e desenvolvimento de um Livro de Códigos com os parâmetros que orientam a coleta e a análise dos conteúdos disponíveis nos seus sites, cujos resultados serão analisados de forma comparativa. Os resultados preliminares indicam que, mesmo que nos limites das propostas de ajustes na lógica central do capitalismo, essas organizações trazem elementos importantes para compreender a interpretação e as ações relativas ao estágio atual do capitalismo, à política e à Democracia. Ao final, espera-se oferecer uma compreensão do papel dessas organizações e seus impactos sobre o funcionamento e as perspectivas da política, da democracia e do próprio capitalismo no Brasil

Palavras-chave: empresários, elite econômica, “capitalismo consciente”, democracia

“CONSCIOUS CAPITALISM,” POLITICS, AND DEMOCRACY

ABSTRACT: This study examines a specific dimension of the relationship between Brazil’s business elite and politics: organizations that propose alternative approaches to business activity and capitalism itself, or that address important aspects of capitalist society, with the support and/or participation of companies and businesspeople. This form of engagement between businesspeople and politics differs from the traditional forms more commonly discussed in the literature. To characterize these organizations, we use the general term “Conscious Capitalism,” the name of an international organization that embodies the subject matter and objectives of our research. The methodology involves defining criteria for selecting the organizations and developing a codebook containing the parameters that guide the collection and analysis of content available on their websites. The findings will subsequently be examined from a comparative perspective. Preliminary results indicate that, although these organizations’ proposals remain limited to adjustments within the core logic of capitalism, they provide important insights into interpretations of and actions concerning the current stage of capitalism, politics, and democracy. Ultimately, this study seeks to offer a better understanding of the role played by these organizations and their impact on the functioning and future prospects of politics, democracy, and capitalism itself in Brazil.

Keywords: businesspeople, economic elite, “Conscious Capitalism”, democracy

INTRODUÇÃO

A pesquisa subjacente a este trabalho investiga uma dimensão específica da relação entre empresários e política: as organizações que atuam em relação a aspectos fundamentais do funcionamento da sociedade capitalista e que, de forma mais ou menos intensa, remetem à questão dos fundamentos éticos e da natureza da atividade empresarial e do próprio capitalismo, seu funcionamento e suas perspectivas, e que contam com o suporte de empresas e/ou a participação de empresários em sua direção.

Trata-se de um exercício de Sociologia Política da democracia, ou seja, analisá-la a partir do estudo de uma forma não convencional de relação entre um importante setor da sociedade, os empresários, e este regime político. Isso nos permite pensar se, e de que forma, estes atores sociais poderiam ser considerados como bases sociais da democracia, através dos vínculos entre as suas ações junto à sociedade, à economia e à política e ao regime político, questão relevante para a sua consolidação e suas perspectivas.

Para caracterizar essa forma específica de relação entre empresários e política distinta das tradicionais e mais presentes na literatura, nos referimos genericamente à expressão “Capitalismo Consciente”, que remete a um movimento internacional no âmbito empresarial e é o nome de uma organização internacional que, de certa forma, representa nosso objeto e nossos problemas de pesquisa.

Em trabalho anterior, nos deparamos com o comportamento deste tipo de organização e de sua relação com a política e a democracia (Costa e Campos, 2023). Quando no Brasil havia mais de 30.000 mortes pela Covid-19, que os dados epidemiológicos deixaram de ser apresentados pela plataforma oficial do governo e quando Bolsonaro questionava os dados divulgados, tentava vetar o uso obrigatório de máscaras, fazia ataques à imprensa e participava de atos que foram considerados antidemocráticos por defenderem o fechamento do Congresso Nacional e do STF, foi lançada a Carta Aberta às Lideranças Empresariais em junho de 2020. Esta ação foi fruto da iniciativa da Akatu – Consumo Consciente, do Instituto Ethos, da Plataforma Liderança com Valores, do Sistema B–Brasil, Grupo Gife e do Capitalismo Consciente Brasil (CCB). No contexto da produção da Carta, esta organização era presidida pelo cofundador Hugo Bethlem, consultor na área de varejo.

Este último faz parte de um movimento internacional que visa fomentar o equilíbrio entre lucratividade e questões como sustentabilidade e bem estar dos stakeholders. O braço brasileiro foi fundado em 2013 com o apoio de diversos setores e oferece suporte a seus associados na área de ESG (Environmental, Social, Governance). Em seu manifesto o ICCB declara:

“O Capitalismo Consciente é um movimento global que se originou nos Estados Unidos e que tem como objetivo elevar a consciência das lideranças para práticas empresariais baseadas na geração de valor para todos os stakeholders. E aqui não se trata de valor somente financeiro. Empresas que atuam alicerçadas nos pilares do Capitalismo Consciente - Propósito Maior, Cultura Consciente, Liderança Consciente e Orientação para Stakeholders - geram também valor intelectual, físico, ecológico, social, emocional, ético e até mesmo espiritual a todas as partes interessadas do negócio, sem prejuízo à geração de lucros a investidores e acionistas”¹.

Em seu texto, a carta chamava a atenção para o papel das entidades signatárias no enfrentamento da “tripla crise”: sanitária, econômica e política, e entendia a pandemia também como uma oportunidade de valorização da colaboração e da capacidade de superação de “conflitos menores”. O documento destacava a questão dos mais pobres e a necessidade de redução das desigualdades, da erradicação da pobreza, da manutenção do emprego e da proteção ao meio ambiente. Defendia o auxílio emergencial às pessoas mais vulneráveis e o acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas (PMEs). Enfim, entendia a preservação da vida como meta acima e anterior à recuperação da economia.

Na carta, a dimensão política da crise era vista como decorrente das falhas das “lideranças”, sem identificar quais, mas repudiava o que entendia como ataques à democracia e à Constituição. Havia a demanda de uma articulação entre Governo Federal e entes federados e a cooperação entre os poderes. Defendia a imprensa livre, além da importância da Organização Mundial da Saúde e da ciência. Por fim, fazia a defesa de um futuro diferente e de “um Brasil justo, sustentável, próspero, democrático, ativo e generoso”.

Em suma, ainda que neste contexto reconhecidamente crítico, esta iniciativa é interessante por representar um conjunto de novas e diferenciadas associações que contam com a participação de empresários e de membros da elite econômica, voltadas para pensar novas formas de

¹ Ver <https://ccbrasil.cc/movimento-global/>, acesso em 01/07/2023.

empreendedorismo, de gerência e de consumo, portanto, de capitalismo, mas com atenção para a sociedade, o meio ambiente, a Educação, a cidadania, a política e a democracia.

Podemos caracterizar brevemente as proposições do Capitalismo Consciente a partir da obra emblemática de Mackey e Sisodia (2013). Já nos prefácios, podemos observar algumas premissas importantes deste movimento: a ideia de combinar lucratividade, “consciência social” e uma “postura mais humanista”, uma “consciência mais elevada” e avessa à ganância e à corrupção por parte das empresas; a busca do “motivo” e daquilo que daria “sentido” à “existência” e à “missão” da empresa; a defesa do capitalismo de livre concorrência como o “sistema econômico mais benéfico já criado”; uma “redefinição consciente do capitalismo de livre iniciativa”, visando um “futuro mais cooperativo e mais humano”; necessidade de reagir à “crise de imagem” do capitalismo e de buscar uma “paisagem capaz de desanuviar essa crise”; a crítica às proposições de Milton Friedman e da Escola de Chicago e a ideia de que as empresas que fossem além desta que seria a sua única finalidade, a maximização dos lucros, estariam, nas palavras de Friedman, “defendendo o puro e simples socialismo”; por fim, a geração de lucros elevados enquanto a melhor forma de melhorar a vida do planeta.

Na Introdução do livro, Mackey descreve sua trajetória nos negócios, mencionado que, no início dos anos 1970, sua visão possuía um “aspecto político”, “progressista”, “liberal ou social-democrata” e que seus cabelos e barbas compridos combinavam com o entendimento de que as empresas eram “más” porque só buscavam o lucro, e que só eram boas as “organizações “sem fins lucrativos”. Esta visão teria mudado ao longo de sua trajetória empresarial para uma visão que combinava lucratividade com cooperação, e não com coerção e exploração, criando valores para os stakeholders, em um jogo em que “todos ganham”.

Enfim, trata-se de uma visão específica de capitalismo e de empresa, na qual a ideia de “política” variava entre um estilo de vida e a propósitos que remetiam à combinação entre satisfação pessoal e a oferta de algo bom para a comunidade e o mundo, portanto, uma legitimação social da atividade empresarial, e a referência negativa a prevalência de interesses pessoais e egoístas. Estado e governo, ou as “esferas governamentais”, aparecem como aquelas que castigavam as empresas com “taxas, licenças, multas e uma pesada tributação”.

Mas, Mackey, ao falar de suas “boas intenções” e da dificuldade de efetivá-las no ambiente de negócios, implicou no abandono da “filosofia social-democrata”, já que ela “... não explicava de forma

adequada o real funcionamento do mundo”: “descobri que a livre-iniciativa – combinada com os direitos de propriedade, a inovação, o estado de direito e governos democráticos constitucionalmente limitados – resulta em sociedade que maximizam a prosperidade e criam condições para promover a felicidade e o bem-estar, não apenas para os ricos, mas para a sociedade em geral, incluindo os pobres”. Neste momento em que se “tornava empresário e capitalista”, descobriu também que, “... embora o mundo dos negócios e o capitalismo não fossem perfeitos, eram fundamentalmente bons e éticos” (Mackey e Sisodia, 2013, p. 4).

Mackey entende que: “A mudança mais interessante (embora não alardeada) em nossa sociedade pode ser decorrente de um despertar coletivo que está apenas no começo, o qual consiste em uma condução mais consciente do capitalismo e da filosofia da gestão empresarial”. Entende que há um “processo de descobertas em direção a níveis de consciência mais elevados” e uma “visão mais holística e humanista” do que aquela expressa nos livros de Economia, nas escolas de administração e por líderes empresariais: “Juntos, os líderes empresariais podem liberar o extraordinário poder das empresas e do capitalismo para criar uma sociedade na qual todos vivam com propósito, amor e criatividade. Um mundo de compaixão, liberdade e prosperidade. É assim que definimos nossa abordagem de um capitalismo consciente” (Mackey e Sisodia, 2013, p. 8 e 9).

Por fim, esta breve caracterização do que seria o Capitalismo Consciente, nos sugere que, dentro de certos limites, essas organizações permitem tratar da clássica questão weberiana acerca do “Espírito” do Capitalismo. Weber propõe que o comportamento capitalista não significa apenas uma técnica ou “bom senso comercial”, mas sim um dado “ethos” ou uma “ética peculiar”, que implica em certo “dever” (Weber, 1994, p. 31) .

Seria essa “qualidade” que Weber entende ser crucial para se entender o “Espírito” do capitalismo “moderno” e “ocidental”. Tal “espírito” implicaria também uma “máxima orientadora da vida” (Weber, 1994, 32). Weber busca a explicação “... de como esta conexão de adaptabilidade do capitalismo a fatores religiosos pode ter surgido na época de seu desenvolvimento inicial” (Weber, 1994, p. 40).

Para Weber, a questão das “forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é apenas “... uma questão da origem das somas de capital disponíveis para uso capitalístico, mas, principalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo”, o qual, quando e onde surge e se

desenvolve, produz o capital e os meios para seus fins, e não o contrário. Assim, ao “empreendedor” o fundamental são as “qualidades ‘éticas’” (45). Convém ressaltar que o próprio Weber entendia o conceito de “espírito do capitalismo” possui um sentido provisório, portanto não definitivo ou acabado. O próprio Weber aponta para a necessidade de outros estudos contribuírem para “... a compreensão da maneira pela qual ‘ideias’ adquirem força na História” (Weber, 1994, p. 61). Por fim, para Weber, o fator decisivo é o “efeito prático” da ética sobre o rumo do capitalismo.

Enfim, podemos perceber a forte presença de uma “ética” que orienta a ação, ambas orientadas por sentimentos e sentidos mais profundos para a atividade empresarial por parte dos proponentes do Capitalismo Consciente. Isso permite especular sobre a possibilidade de uma proposta de um “espírito” para o capitalismo capaz de ao mesmo tempo que resgatar o que lhe seria mais intrínseco com uma ação relativa à sua legitimação e conservação e, portanto, ao seu próprio futuro. Nossa pesquisa abre a possibilidade de verificar se as organizações que estudamos fazem parte deste movimento e, se sim, como e quais suas implicações não apenas para o capitalismo, mas para a preservação da democracia como arranjo político deste sistema.

Nos próximos itens trataremos dos procedimentos metodológicos, da apresentação dos dados usados neste trabalho e de sua análise. Por último, apresentamos nossas considerações finais.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos foram da definição dos critérios de seleção das organizações, passando pela escolha dos indicadores buscados, pela codificação e análise dos conteúdos disponíveis nos sites das organizações, até a análise comparativa dos resultados, considerando o período mais recente.

A coleta e a Análise de Conteúdo dos dados concentraram-se no que foi disponibilizado nos sites das organizações selecionadas (Quadro 1), já que constituem, simultaneamente, o principal canal de divulgação pública dos princípios, propostas e posicionamentos dessas entidades e acervo do conteúdo relevante para a pesquisa.

O Livro de Códigos desenvolvido para a classificação do conteúdo é composto por 43 variáveis (ou categorias). Selecionamos as categorias correlatas aos seguintes temas: democracia, política, capitalismo, desigualdade e meio ambiente.

Após a codificação do corpus, foi realizada análise comparativa das organizações tomando como base os recortes resultantes das categorias selecionadas, para a identificação de padrões, semelhanças, diferenças e ausências significativas. A coleta não foi desenhada para produzir um levantamento quantitativo exaustivo desses temas e a análise considera a presença qualitativa nos materiais coletados e, sobretudo, os diagnósticos e os sujeitos de transformação. A codificação foi feita por um grupo de pesquisadores, seguindo os cuidados relativos às metodologias qualitativas.²

3. RESULTADOS

3.1. Apresentação das organizações selecionadas

O universo empírico contemplado nesta fase da pesquisa é composto por dez organizações da sociedade civil que contam com financiamento, apoio institucional ou participação relevante de empresas, empresários, fundações empresariais ou redes privadas de investimento social. Essas organizações atuam em áreas diversas, como educação, meio ambiente, negócios, empreendedorismo, segurança, gestão pública, desenvolvimento territorial e mobilização cívica.

Os critérios obrigatórios de inclusão no corpus são (1) organização sem fins lucrativos e (2) vínculo financeiro privado. A natureza jurídica (associação ou fundação privada) que identifica o critério (1) foi coletada na página de consultas sobre CNPJs da Receita Federal do Brasil (RFB). As informações sobre o segundo critério – financiamento direto, apoio institucional ou parcerias com institutos ou empresas privadas – foram obtidas no site das organizações. As demais características apresentadas no Quadro 1 têm função descritiva e permitem delinear o grupo analisado.

Todas as organizações analisadas foram criadas a partir dos anos 2000 e atuam em áreas diversas. Entre elas, sobressai o meio ambiente, presente em quatro das dez organizações analisadas: Akatu, Igarapé, Morada Comum e Ekos Brasil. As formas de atuação também são variadas: algumas organizações trabalham com advocacy e produção de diagnósticos, enquanto outras se dedicam à capacitação de agentes públicos, lideranças sociais ou profissionais do mercado privado.

Dentro desse universo, o CCB ocupa posição específica, pois é a organização diretamente vinculada ao repertório do “Capitalismo Consciente” em sentido estrito. Sua agenda está centrada na

² O trabalho de coleta contou com pesquisadores discentes do Curso de Ciências Sociais da UFPR, a saber: Gustavo Bruck, João Vitor de Faria, João Henrique Pereira, Klederson Fernandes e Luiza Dobrzanski Zanotti.

transformação das práticas empresariais, na formação de lideranças e na defesa de um modelo de negócios orientado por propósito, stakeholders, cultura e liderança consciente. As demais organizações que compõem o campo empírico permitem observar as agendas públicas apoiadas pelo empresariado em diferentes áreas temáticas.

Quadro 1 — Caracterização das organizações selecionadas

Organização	Natureza jurídica	Fundação	Área de atuação	Tipos de ação	Financiamento, apoio ou parceria privada
Capitalismo Consciente Brasil	Associação privada	2013	Negócios, educação corporativa	Capacitação de executivos, formação de lideranças, eventos, articulação empresarial, cartas públicas	Gerda; C&A; iFood; Heineken; Magazine Luiza; Grupo Casas Bahia
Instituto Akatu	Associação privada	2001	Consumo consciente, sustentabilidade de, meio ambiente	Campanhas de conscientização, pesquisas, <i>advocacy</i> , participação em redes e políticas públicas	Itaú; Santander; Nestlé; Braskem; Microsoft; Klabin
Todos pela Educação	Associação privada	2006	Educação	<i>Advocacy</i> , produção de diagnósticos, propostas de políticas públicas, incidência eleitoral, articulação com governos	Santander; Suzano; Ternium; Prisma Capital; RBR Asset Management; iFood
Movimento Bem Maior	Associação privada	2018	Filantropia, investimento social, fortalecimento da sociedade civil	Financiamento, apoio a organizações, articulação de redes, fortalecimento institucional	Fundação Lemann; Instituto Cyrela; Instituto Localiza; Instituto MRV; BTG Soma; LGT
Fundação Tide Setubal	Fundação privada	2006	Desigualdades, periferias urbanas, democracia, desenvolvimento territorial	Fomento a projetos, articulação territorial, incidência pública, apoio a lideranças, produção de conhecimento	Itaú; IGUA Saneamento, Housing Pact; Itaú Social
Instituto Igarapé	Associação privada	2011	Segurança, clima, meio ambiente, espaço cívico	Pesquisa aplicada, <i>advocacy</i> , produção de dados, campanhas, incidência em políticas públicas	Instituto Itaúsa; Klabin S/A; Amazon Investor Coalition; KPX Participações
Comunitas	Associação privada	2000	Gestão pública, políticas públicas,	Modelagem de políticas públicas, parcerias com governos, fortalecimento de	Gerda; Petrobras; Santander; Instituto Votorantim; Instituto Ultra; Fundação Cargill

			investimento social corporativo	lideranças públicas, <i>think tank</i>	
Morada Comum	Associação privada	2023	Clima, meio ambiente, mobilização cívica	Fortalecimento de lideranças, articulação de grupos, construção de consensos, mobilização pública	Liga do Araguaia; Instituto Millenium; Our Common Home; Nuances d’Avenir; Polska Z; Legados
Instituto Endeavor Brasil	Associação privada	2000	Empreendedorismo, inovação, negócios de alto crescimento	Capacitação, mentoria, investimento em empreendedores, <i>advocacy</i> sobre ambiente de negócios	180 Seguros; ABC da Construção; Agrolend; Alura; Asaas; Beep Saúde
Instituto Ekos Brasil	Associação privada	2001	Meio ambiente, conservação, sustentabilidade corporativa	Conservação ambiental, projetos socioambientais, consultoria ESG, restauração ecológica	Bayer; Itaú; Localiza&Co; Lojas Renner; Natura; MRV

Fonte: elaboração própria a partir do cadastro de CNPJ, dos sites institucionais das organizações e da base de dados da pesquisa.

A comparação entre elas não busca medir frequência de termos ou quantificar a presença de categorias, mas identificar como a democracia e a política aparecem e são tratadas por elas. As seções seguintes apresentam a análise qualitativa das organizações descritas no Quadro 1.

3.2. Identificação da centralidade da democracia

A análise comparativa buscou identificar em que medida e de que modo a democracia aparece em seus repertórios públicos. O objetivo é observar a presença e o grau de ou relevância da democracia. Para tanto, verificamos como as expressões correlatas ao tema aparecem: (1) como eixo estruturante de ação; (2) como categoria de interpretação da realidade; (3) como posicionamento conjuntural (4) como princípio institucional; ou (5) não é identificável.

Para orientar essa comparação, uma escala de intensidade da presença da democracia foi desenvolvida. Essa escala não expressa volume de menções, mas modos distintos de incorporação do tema ao repertório institucional das organizações. A classificação foi criada a partir da análise dos diversos tipos de textos disponibilizados pelas organizações: conteúdos institucionais, documentos públicos, relatórios sociais, manifestos públicos, cartas abertas, notícias, publicações de pesquisa e materiais de divulgação.

Quadro 2 — Escala qualitativa de presença da democracia

Nível	Modo de presença	Descrição
1 Forte	Democracia como eixo de ação	A organização possui programas, linhas de atuação, editais, centros de pesquisa ou iniciativas permanentes dedicadas diretamente à democracia, cidadania, espaço cívico, Estado de Direito, instituições ou participação política.
2 Médio-forte	Democracia como categoria de interpretação	A organização produz diagnósticos, pesquisas ou formulações conceituais sobre a democracia, seus limites, crises, ameaças ou condições de fortalecimento.
3 Médio-fraco	Democracia como posicionamento ou ação institucional	A organização se manifesta em ações na defesa da democracia em conjunturas específicas, como eleições, crises políticas, ameaças institucionais ou cartas públicas.
4 Fraco	Democracia como um princípio institucional geral	A democracia aparece na missão, nos valores e nos princípios expressos nos documentos estruturantes da organização.
5 Ausente	Sem presença identificável	Não foram identificados trechos nos quais a democracia apareça como eixo, conceito, princípio ou posicionamento institucional.

Fonte: elaboração própria

Os níveis não são mutuamente excludentes. Uma mesma organização pode mobilizar a democracia em mais de uma dimensão, como: programa permanente, categoria principal de diagnóstico, valor institucional e posicionamento público. Nesse sentido, a escala deve ser interpretada como instrumento de ordenação qualitativa da centralidade do tema.

A partir da identificação dos níveis de presença da democracia nos conteúdos das páginas das organizações, foi atribuído a cada organização um grau de relevância qualitativa. O grau de relevância da democracia para cada uma das organizações resulta da interpretação do lugar ocupado pelo tema no repertório institucional de cada uma delas. Considerou-se de maior relevância a presença da democracia quando ela estrutura programas, áreas de atuação, diagnósticos ou princípios institucionais; de relevância média quando aparece como categoria interpretativa, princípio ou posicionamento, mas sem constituir eixo permanente da organização; e de relevância fraca quando surge apenas de modo episódico, indireto ou subordinado a outras agendas. Nos casos em que não foram identificados trechos substantivos sobre democracia, a presença foi classificada como ausente ou residual.

Assim, a relevância qualitativa expressa a centralidade da democracia no repertório institucional das organizações. Uma organização pode mencionar a democracia poucas vezes e, ainda

assim, atribuir-lhe alta relevância, caso o tema organize programas ou diagnósticos centrais. Inversamente, menções pontuais ou genéricas não indicam, por si só, centralidade substantiva.

3.3. Aplicação da escala e construção do Índice de Relevância da Democracia

A identificação dos níveis de intensidade permite atribuir a cada organização um grau de relevância qualitativa da democracia em seu repertório institucional. Esse grau resulta da combinação interpretativa dos modos de presença identificados, e não da contagem de ocorrências de termos derivados e relacionados à *democracia*. Assim, quanto mais a democracia aparece articulada a dimensões estruturantes da organização — como programas permanentes, produção de diagnósticos, princípios institucionais e posicionamentos públicos — maior é sua relevância qualitativa. Inversamente, quando a democracia aparece apenas de forma episódica, indireta ou subordinada a outras agendas, sua relevância é classificada como fraca ou residual.

Para fins de sistematização, criamos o Índice de Relevância da Democracia (IRD), entendido como uma expressão sintética do grau de relevância qualitativa da democracia no repertório institucional de cada organização. O IRD é construído a partir da combinação ponderada dos quatro níveis positivos de intensidade. Ele não mede frequência textual, volume documental ou número de menções à democracia. Sua função é explicitar a hierarquia analítica já contida na escala de intensidade e permitir uma comparação qualitativa mais objetiva entre as organizações analisadas.

A fórmula adotada foi a seguinte:

$$\text{IRD} = ((N1 \times 4) + (N2 \times 3) + (N3 \times 2) + (N4 \times 1)) / 10$$

Nessa fórmula, N1 corresponde à democracia como eixo de ação; N2, à democracia como categoria de interpretação da realidade; N3, à democracia como posicionamento ou ação institucional; e N4, à democracia como princípio institucional. Cada nível recebe valor 1 quando identificado e 0 quando ausente. O denominador 10 corresponde à pontuação máxima possível, resultante da soma dos pesos atribuídos aos quatro níveis positivos da escala. O nível 5, que indica ausência de presença identificável, equivale a zero.

A atribuição de pesos distintos decorre da própria construção da escala. Como os níveis foram ordenados segundo o grau de relevância da democracia na atuação das organizações, a combinação entre eles não é neutra. A presença da democracia como eixo de ação tem maior peso do que sua

presença como posicionamento público episódico, porque indica maior institucionalização do tema. Do mesmo modo, uma organização que articula democracia em programas, diagnósticos e princípios institucionais apresenta maior relevância qualitativa do que outra que apenas menciona o tema em uma carta, nota pública ou manifestação circunstancial.

Desse modo, o IRD deve ser lido como um recurso de organização e comparação qualitativa dos resultados. Ele não transforma a pesquisa em uma análise quantitativa, pois não mede frequência nem intensidade estatística. O que ele expressa é a posição relativa da democracia no repertório institucional de valores e ações de cada organização, a partir dos critérios interpretativos definidos na etapa metodológica. Seu uso permite apresentar os resultados de forma mais objetiva, sem abandonar a natureza qualitativa da análise.

Com base nessa combinação, o IRD varia de 0 a 1. Valores mais próximos de 1 indicam maior relevância qualitativa da democracia no repertório institucional da organização; valores intermediários indicam presença parcial ou circunscrita; e valores próximos de 0 indicam presença fraca, indireta, residual ou ausente. Essas faixas não devem ser lidas como medidas estatísticas, mas como sínteses interpretativas derivadas dos níveis de intensidade.

O Quadro 3 apresenta a aplicação da escala de intensidade e do IRD às organizações.

Quadro 3 — Intensidade e Índice de Relevância da Democracia nas organizações

Organização	Níveis identificados	IRD	Conceito predominante sobre democracia
Fundação Tide Setubal	1, 2, 3 e 4	1,0	Democracia como inclusão, participação e enfrentamento das desigualdades
Instituto Igarapé	1, 2 e 3	0,9	Democracia como espaço cívico, proteção institucional e enfrentamento de retrocessos
Todos pela Educação	2, 3 e 4	0,6	Democracia como mediação educacional e condição para cidadania
Comunitas	2 e 3	0,5	Democracia como governança, confiança institucional e cooperação público-privada
CCB — Capitalismo Consciente Brasil	3 e 4	0,3	Democracia como estabilidade institucional, segurança jurídica e ambiente de mercado
Instituto Akatu	3	0,2	Democracia como participação institucional indireta e procedimento de <i>advocacy</i>
Movimento Bem Maior	3	0,2	Democracia como contexto político para ação filantrópica e mobilização social

Morada Comum	3	0,2	Democracia como participação cívica e construção de consensos
Instituto Endeavor Brasil	5	0	Sem conceito substantivo de democracia identificado
Instituto Ekos Brasil	5	0	Sem conceito substantivo de democracia identificado

Fonte: elaboração própria.

A aplicação do IRD permite observar que a relevância qualitativa da democracia não se distribui de maneira homogênea entre as organizações analisadas. Ao contrário, o tema aparece com graus bastante distintos de relevância, mesmo dentro de um universo composto por organizações que compartilham uma característica comum: a presença de financiamento, apoio ou participação empresarial e o enfrentamento de questões fundamentais do capitalismo e de suas perspectivas.

Os resultados indicam que a Fundação Tide Setubal apresenta o grau mais elevado de relevância qualitativa da democracia. Nesse caso, a democracia não aparece apenas como valor normativo ou como posicionamento em momentos de crise institucional. Ela se articula a uma compreensão substantiva das desigualdades sociais, raciais, territoriais e econômicas como obstáculos à vida democrática. Por isso, sua classificação no grau forte decorre da presença combinada dos quatro níveis: programas e linhas de atuação, formulação diagnóstica, princípios institucionais e posicionamentos públicos.

O Instituto Igarapé também apresenta alta relevância do tema, embora por uma via distinta. A democracia aparece associada à proteção do espaço cívico, ao Estado de Direito, à segurança pública, ao enfrentamento de violências e à preocupação com retrocessos institucionais. Diferentemente da Fundação Tide Setubal, cuja formulação se organiza em torno da desigualdade e da inclusão, o Igarapé aproxima a democracia de uma agenda de proteção institucional e de defesa das liberdades públicas.

O Todos pela Educação ocupa posição intermediária alta. A democracia aparece vinculada à educação pública, à cidadania e à capacidade do Estado de garantir direitos. Nesse caso, o tema não constitui necessariamente um eixo autônomo de atuação, mas atravessa diagnósticos, princípios e formas de intervenção pública. A democracia é mobilizada como objetivo normativo e como resultado esperado de uma educação pública de qualidade.

Comunitas e Capitalismo Consciente Brasil ocupam posições intermediárias, mas também por caminhos distintos. Na Comunitas, a democracia aparece associada à governança pública, à

cooperação entre Estado, setor privado e sociedade civil, e à produção de confiança institucional. No CCB, por sua vez, a democracia aparece menos como objeto de formulação própria e mais como condição institucional para o funcionamento do mercado, da liberdade econômica, da segurança jurídica e da atividade empresarial³.

Nos casos do Instituto Akatu, Movimento Bem Maior e Morada Comum, a relevância qualitativa da democracia é mais fraca ou indireta. O tema aparece sobretudo associado a formas de participação, *advocacy*, redes, parcerias ou posicionamentos públicos, sem constituir eixo estruturante de atuação nem categoria interpretativa central. Por fim, Endeavor e Ekos Brasil foram classificados como casos de ausência ou presença residual, pois não foram identificados elementos suficientes para afirmar que a democracia ocupa lugar substantivo em seus repertórios institucionais, ainda que ambas desenvolvam ações com implicações políticas em suas respectivas áreas de atuação.

3.4. Desigualdade e meio ambiente: enquadramentos temáticos e conexões com a democracia

Além da centralidade atribuída à democracia, examinamos como as organizações abordam dois problemas fundamentais das sociedades capitalistas contemporâneas: a desigualdade — incluindo as referências à inclusão e à diversidade — e o meio ambiente — incluindo ecologia, clima e sustentabilidade. Foram identificadas referências a ambos os temas nas dez organizações analisadas. A comparação indica que não há um repertório homogêneo. Problemas aparentemente compartilhados são traduzidos por diferentes diagnósticos, sujeitos de transformação e propostas de solução.

Quadro 4 — Abordagem qualitativa da desigualdade e do meio ambiente

Organização	Desigualdade	Meio ambiente	Abordagem dos temas	Enquadramento analítico
Capitalismo Consciente Brasil	Presente	Presente	Mercado, propósito empresarial e ESG	Corporativo
Comunitas	Presente	Presente	Governança, gestão pública e desenvolvimento urbano	Políticas Públicas

³ Quando consideramos a matriz deste movimento, ou seja, a sede estadunidense, verificamos que a proposta é a criação de “um mundo onde os negócios beneficiem toda a gente” e a missão é “redefinir o propósito e a prática do capitalismo”, transformando-o em uma “uma força poderosa para o bem”, aproveitando “o poder transformador do capitalismo para dar resposta a desafios sociais mais amplos”, tais como a igualdade social e econômica, o uso sustentável dos recursos ambientais e a promoção do bem-estar e da coesão social. Entretanto, diferentemente da sede brasileira, não foi encontrada nenhuma referência à questão da política ou da democracia. Ver <https://www.consciouscapitalism.org/>, acesso em 01/06/2026.

Organização	Desigualdade	Meio ambiente	Abordagem dos temas	Enquadramento analítico
Instituto Ekos Brasil	Transversal	Central	Conservação ambiental e desenvolvimento territorial	Geolocalizado
Instituto Endeavor Brasil	Presente	Pontual	Empreendedorismo, inovação e negócios de impacto	Corporativo
Fundação Tide Setubal	Central	Pontual	Justiça social, periferias e desigualdades territoriais	Geolocalizado
Instituto Akatu	Transversal	Central	Consumo consciente, bem-estar e acesso a recursos	Comportamento
Instituto Igarapé	Articulada	Central	Clima, segurança, vulnerabilidade e espaço cívico	Políticas Públicas
Morada Comum	Articulada	Central	Percepção pública, mobilização e justiça climática	Comportamento
Movimento Bem Maior	Central	Transversal	Filantropia e desenvolvimento sustentável dos territórios	Geolocalizado
Todos pela Educação	Central	Pontual	Equidade educacional, direitos e políticas públicas	Políticas Públicas

Fonte: elaboração própria a partir dos conteúdos institucionais que integram o corpus da pesquisa.

O Quadro 4 reúne a abordagem de cada organização. A análise dessas abordagens permite distinguir quatro tipos de enquadramentos predominantes: corporativo, geolocalizado, políticas públicas e comportamento. A presença de agendas sociais ou ambientais não implica maior centralidade da democracia, que adquire relevância substantiva quando desigualdade e degradação ambiental são relacionadas a direitos, participação, espaço cívico e governança pública. Quando predominam a gestão empresarial, o comportamento individual ou a oportunidade de mercado, a democracia permanece indireta ou subordinada.

3.5. Síntese interpretativa dos resultados

A comparação qualitativa indica que a presença da democracia não decorre automaticamente da atuação política das organizações. Algumas entidades possuem forte incidência em políticas públicas, participação em redes de *advocacy* e diálogo com governos, mas não atribuem centralidade conceitual à democracia. Outras organizações incorporam a democracia como parte de sua identidade institucional, de seus diagnósticos e de seus programas de ação.

Esse achado é relevante porque permite distinguir duas dimensões que, à primeira vista, poderiam parecer coincidentes: ação política e centralidade da democracia. A primeira diz respeito à atuação junto ao Estado, governos, parlamentos, políticas públicas, eleições ou redes de *advocacy*. A segunda se refere ao modo como a democracia é formulada no repertório institucional da organização: como valor a ser defendido, como problema a ser enfrentado, como objetivo a ser alcançado ou como

condição necessária para a própria ação institucional. Quando aparece como problema, a democracia é tratada como algo ameaçado, incompleto ou tensionado por desigualdades, retrocessos institucionais, violência política ou restrições ao espaço cívico. Quando aparece como objetivo, ela é apresentada como resultado esperado das ações da organização, por exemplo, por meio da ampliação da cidadania, da inclusão social, do fortalecimento de direitos ou da melhoria da capacidade pública de responder às demandas sociais.

A análise também mostra que o CCB, embora seja o caso paradigmático do Capitalismo Consciente em sentido estrito, não é a organização em que a democracia aparece com maior centralidade programática. Isso sugere que, no repertório do Capitalismo Consciente, a democracia tende a ser valorizada apenas como condição institucional para o funcionamento do mercado, da liberdade econômica e da segurança jurídica.

Por outro lado, organizações como Fundação Tide Setubal e Instituto Igarapé mobilizam a democracia em chave mais diretamente política, seja pela associação com desigualdade, diversidade e participação, seja pela defesa do espaço cívico e das instituições democráticas. Essa variação será retomada na Discussão, quando se examinará como diferentes sentidos de democracia aparecem nos repertórios de organizações apoiadas pelo empresariado.

A análise da desigualdade e do meio ambiente qualifica esse resultado ao demonstrar a relação entre a centralidade da democracia e enquadramento que os temas recebem. Quando formuladas em termos de direitos, participação, inclusão política, espaço cívico ou capacidade estatal, a democracia ganha relevância; quando traduzidas como desafios de gestão, comportamento, reputação ou oportunidade de mercado, permanece indireta ou subordinada.

A heterogeneidade do grupo analisado não se limita ao grau de presença da democracia: ela alcança os diagnósticos sobre os problemas do capitalismo, os atores responsáveis pela transformação e as soluções propostas. Os quatro enquadramentos identificados oferecem uma chave adicional para interpretar as diferenças entre as organizações.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados indicam que, mesmo que nos limites das propostas de ajustes na lógica central do capitalismo, essas organizações trazem elementos importantes para compreender a interpretação, o diagnóstico, a tentativa de protagonismo, as ideias e as ações efetivas das quais os empresários participam e/ou sustentam.

Tais achados permitiram avançar da simples identificação da presença da menção democracia, para a sua centralidade nos modos pelos quais ela é incorporada aos repertórios institucionais, as ideias e as ações das organizações analisadas. Assim, a presença refere-se à ocorrência, menção ou mobilização do tema *democracia* nos materiais institucionais, enquanto centralidade diz respeito ao papel que a democracia assume na organização do argumento, da identidade pública e das estratégias de atuação de cada entidade. A escala de intensidade e o IRD, portanto, não indicam apenas se a democracia é mencionada, mas também se ela estrutura, orienta as ações ou permanece subordinada a outras agendas públicas.

Um ponto central dos resultados é que ação política e centralidade democrática não são dimensões equivalentes. Todas as organizações analisadas atuam em temas de interesse público e, em diferentes graus, estabelecem relações com governos, políticas públicas, redes de advocacy, agendas eleitorais ou instituições estatais. No entanto, essa atuação política não implica necessariamente que a democracia ocupe posição substantiva em seus repertórios institucionais. Algumas organizações intervêm de forma expressiva no debate público, formulam propostas, dialogam com governos ou participam de redes de incidência, mas não tratam a democracia como categoria analítica ou eixo prioritário de atuação. Outras, ao contrário, incorporam-na como problema público, objetivo institucional ou condição para o enfrentamento de desigualdades.

Essa distinção entre ação política e centralidade democrática também permite retomar outra dimensão do problema de pesquisa: o modo como essas organizações interpretam o próprio capitalismo ou os problemas sociais associados à sociedade capitalista. Se a análise da democracia revela diferentes graus de centralidade do tema nos repertórios institucionais, a análise das referências ao capitalismo mostra um movimento complementar: embora as organizações atuem sobre agendas diretamente relacionadas às transformações contemporâneas do capitalismo, como desigualdade, sustentabilidade, empreendedorismo, inovação, consumo, investimento social privado e políticas públicas, poucas formulam uma reflexão explícita sobre o capitalismo como sistema ou sobre suas

possíveis reformulações. Assim, a ausência ou a presença indireta do tema torna-se também um dado analiticamente relevante.

A pesquisa indica que a discussão aberta sobre o capitalismo é relativamente limitada no conjunto das organizações analisadas. Seis organizações apresentam conteúdos associados a essa categoria, mas apenas parte delas mobiliza explicitamente o termo “capitalismo”, e, mesmo nesses casos, a formulação tende a aparecer de modo pontual ou subordinado a agendas específicas, como consumo consciente, empreendedorismo, impacto social, sustentabilidade ou investimento social privado.

Esse achado é relevante porque poderia revelar uma ausência significativa de reflexão explícita sobre o capitalismo enquanto sistema econômico, suas contradições ou possíveis novas versões. Com exceção mais evidente do Capitalismo Consciente Brasil, que reivindica diretamente a reformulação moral e prática da atividade empresarial, as demais organizações parecem tratar o capitalismo mais como horizonte pressuposto de atuação do que como objeto de debate. Assim, apesar de atuarem em temas que atravessam problemas centrais da sociedade capitalista, como desigualdade, meio ambiente, educação, mercado de trabalho e desenvolvimento, essas organizações raramente formulam uma discussão aberta sobre os limites do capitalismo ou sobre alternativas substantivas ao seu funcionamento.

Entretanto, a análise dos trechos classificados nas categorias Área de atuação e Tipos de Ação, apresentadas no Quadro 1, indica que não se trata de uma ausência, mas de uma determinada forma de presença do tema *Capitalismo*, que seria exatamente o conjunto de questões que tais organizações entendem que precisariam ser alteradas para o melhor funcionamento da economia e da sociedade capitalista. Assim, ainda que difusa, a questão do capitalismo está colocada de forma complexa e que vai além da dimensão econômica, e que tendem a ao menos tangenciar também a política e a democracia.

Por sua vez, quando mobilizada, a questão da democracia tende a ser traduzida pela linguagem institucional própria de cada organização. Na Fundação Tide Setubal, é formulada a partir da relação entre desigualdades, periferias, participação e inclusão. No Instituto Igarapé, é articulada à proteção do espaço cívico, ao Estado de Direito e ao enfrentamento de retrocessos institucionais. No Todos pela Educação, vincula-se à educação pública, à cidadania e à capacidade do Estado de garantir direitos.

Na Comunitas, aproxima-se da governança pública, da cooperação entre Estado, setor privado e sociedade civil e da confiança institucional. Já no CCB, assume sobretudo o sentido de condição para estabilidade institucional, liberdade econômica e segurança jurídica.

Essa tradução também revela diferentes concepções sobre os sujeitos responsáveis pela transformação social. No CCB, a mudança é atribuída sobretudo às empresas, lideranças empresariais e culturas organizacionais. No Instituto Akatu, desloca-se para o consumidor e para práticas de consumo consciente. No Todos pela Educação, passa pela escola pública, pelo Estado e pela formulação de políticas educacionais. Na Fundação Tide Setubal, vincula-se aos territórios, às periferias, às lideranças sociais e ao enfrentamento das desigualdades. No Instituto Igarapé, depende da proteção do espaço cívico, das instituições democráticas e da capacidade de resposta pública a ameaças autoritárias. Essa variação mostra que a democracia não é apenas nomeada de formas distintas; ela é associada a diferentes sujeitos, arenas e mecanismos de mudança social.

O caso do CCB torna essa tensão particularmente visível. Por sua vinculação direta ao movimento do Capitalismo Consciente, ele constitui o caso paradigmático do objeto desta pesquisa. No entanto, os resultados indicam que não é nele que a democracia assume maior centralidade. Esse achado sugere uma tensão entre o repertório normativo do Capitalismo Consciente e sua formulação concreta da democracia no contexto brasileiro. Embora o CCB mobilize princípios associados à ética empresarial, à responsabilidade com stakeholders e à defesa de instituições democráticas, a democracia é tratada menos como projeto substantivo de participação, inclusão ou enfrentamento de desigualdades, e mais como condição institucional para o funcionamento do mercado e da atividade empresarial. A transformação social, nesse repertório, é pensada principalmente a partir da empresa, da liderança consciente e da mudança cultural no interior das organizações, e não a partir do conflito democrático, da redistribuição ou da ampliação direta da participação política.

Essa leitura ajuda a interpretar os casos em que a democracia ocupa lugar fraco, indireto ou residual. O Instituto Akatu, por exemplo, atua em agendas com implicações públicas evidentes, como sustentabilidade, consumo e educação para o consumo consciente, mas sua lógica institucional desloca o centro da transformação para o comportamento do consumidor e para escolhas de consumo. O Instituto Endeavor Brasil, por sua vez, tem forte incidência pública no debate sobre empreendedorismo, inovação e ambiente de negócios, mas não formula a democracia como categoria substantiva em seus materiais institucionais. O mesmo vale, em outro registro, para o Instituto Ekos

Brasil, cuja atuação socioambiental e empresarial tem implicações públicas relevantes, mas é organizada predominantemente em torno de sustentabilidade, conservação, ESG e impacto socioambiental, e não de democracia.

A comparação entre os casos indica, portanto, que organizações apoiadas pelo empresariado não formam um bloco homogêneo quanto ao sentido atribuído à democracia. O vínculo com empresas, empresários, fundações empresariais ou redes privadas de investimento social não conduz a uma interpretação única do tema. Ao contrário, a democracia pode ser associada à inclusão social, à proteção do espaço cívico, à mediação educacional, à governança pública, à estabilidade institucional ou, em alguns casos, permanecer ausente ou subordinada a outras agendas, como empreendedorismo, sustentabilidade ou impacto socioambiental. Essa variação mostra que a atuação empresarial em causas públicas deve ser analisada para além da oposição simples entre interesse econômico e ação filantrópica. O que se observa é um campo heterogêneo, no qual repertórios morais, gerenciais, cívicos e econômicos se combinam de formas distintas.

Em conjunto, os achados mostram que a democracia ocupa lugar ambíguo no universo analisado. Ela é valorizada por algumas organizações, mas nem sempre como projeto de aprofundamento democrático. Em determinados casos, assume o sentido de valor substantivo associado a direitos, inclusão e participação; em outros, funciona como condição institucional para estabilidade, governança ou funcionamento do mercado; e, em outros ainda, permanece residual diante de agendas econômicas, ambientais ou empreendedoras. Assim, o principal achado da pesquisa não está apenas na maior ou menor presença da democracia, mas nos diferentes modos pelos quais ela é apropriada, redefinida ou subordinada por organizações empresariais que atuam em causas públicas.

Esse achado é relevante, pois diz respeito à questão das bases sociais da democracia e da legitimação deste regime político como constitutivo do capitalismo, de hoje e do futuro. Além disso, em especial nas organizações mais próximas do jogo político, ocorre outra dimensão importante para a sustentação da democracia que é o aprendizado empírico do funcionamento da democracia e a possibilidade do desenvolvimento de um processo de aprendizado, de socialização política e até de uma cultura cívica democrática por parte destas organizações e, indiretamente, daqueles que as financiam.

E em relação à questão do “Espírito” do capitalismo, em geral, não há uma dimensão religiosa ou defensora da frugalidade nas proposições das organizações estudadas. E, embora estejamos muito longe da fase inicial do capitalismo, as questões tratadas pelas organizações igualmente dizem respeito às perspectivas deste sistema. Enfim, de um lado, a questão da acumulação, e de outro, a da postura diante da vida e de dimensões que vão para além e mudariam a forma de ver a busca da lucratividade, estão sendo colocadas de forma intensa e complexa por tais organizações.

Isso chama a atenção para a reflexão sobre o papel dessas organizações para a sustentação, e talvez a transformação, do capitalismo, exatamente por virem de dentro dele, e não em oposição a ele, através de ideias e ações que se pretende transformadoras e no interior do próprio capitalismo, não apenas em relação à economia e a atividade capitalista, mas também, e em particular, no que diz respeito à política, o Estado e a democracia.

Por fim, em relação à questão do “Espírito” do capitalismo, percebemos a presença de uma “ética” relativa à atualidade e a perspectiva deste sistema econômico, dado que as organizações tratam de questões vão muito além da questão estrita do lucro mas que são entendidas como convergentes e favoráveis à preservação do capitalismo.

Mesmo que estejamos lidando com uma fase do capitalismo bastante distinta, na qual a “ética” proposta não possui uma natureza religiosa, ao visar alterar a “ética” anterior e predominante, as organizações remetem à tentativa de combinar lucratividade e capitalismo com objetivos mais amplos e altruístas, e desta forma poderiam implicar em uma forma particular “do desenvolvimento do espírito do capitalismo” (Weber), e a importância das “qualidades éticas” (Weber) do empreendedor, como é proposto pelo movimento do Capitalismo Consciente e mostram as áreas de atuação e os tipos de ação da maior parte das organizações, indicadas no Quadro 1.

E, ao menos nas organizações contempladas até o momento da pesquisa, a presença da importância da democracia e a relevância que ela assume na maior parte das organizações, sugere a pertinência da hipótese de que este seria o regime político associado à preservação e ao desenvolvimento, sob novas formas, do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando que esta pesquisa ainda está em sua fase inicial, de modo geral, os achados permitem caracterizar aspectos da natureza e das particularidades desta forma de ação política empresarial e sua relação com a democracia e abrem espaço para outras agendas de pesquisa.

Além do aprofundamento e da extensão desta análise para outras organizações que fazem parte do nossos *corpus*, outros desdobramentos se colocam nos próximos passos desta pesquisa: a comparação com organizações semelhantes em outros países; a comparação com organizações semelhantes que não contam com apoio empresarial; a comparação com a literatura sobre a atualidade e as perspectivas do capitalismo; a análise das redes entre as organizações, as empresas e as pessoas que as dirigem; as particularidades do formato institucional e do corpo administrativo das organizações; e a exploração de outros temas, como o meio ambiente, a desigualdade e as ações de inclusão.

Por fim, as próprias fases desta pesquisa permitirão um diálogo mais intenso não apenas com questões centrais da já extensa literatura sobre empresários e política, tais como a sua força política, seus padrões de ação política e sua relação com a democracia⁴, como também com trabalhos que analisam as diversas dimensões das relações entre sociedade e Estado no Brasil⁵.

REFERÊNCIAS

COSTA, P. R. N. e CAMPOS, M. P. de. 2023. *Las tramas del poder en América Latina : élites y privilegios*; Editado por Inés Nercesian; Francisco Robles-Rivera; Miguel Serna – 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos.

LAVALLE, A. G. e SZWAKO, J. 2015. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, vol. 21, nº 1, abril, p. 157-187.

MACKEY, J. e SISODIA, R. 2013. *Capitalismo Consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios*. São Paulo, HSM Editora.

MANCUSO, W. P. 2007. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 28.

WEBER, M. 1994 (1920). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 8ª edição. São Paulo, Pioneira.

WEBER, M. 2004 (1920). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

⁴ Ver, por exemplo, o trabalho clássico de Wagner Mancuso (2007).

⁵ Ver, por exemplo, Lavalle e Szwako (2015).

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio de Bolsa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) e Bolsa PROEX da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Ferramenta de Inteligência Artificial, GPT, foi utilizada para revisão de texto.

CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA E DO AUTOR

Costa, P.R.N.: Conceptualization (lead), Methodology (equal), Validation (equal), Formal analysis (equal), Investigation (equal), Resources (equal), Data curation (equal), Writing — original draft (equal), Writing — review & editing (equal), Project administration (equal).

Campos, M.P.: Conceptualization (supporting), Methodology (equal), Validation (equal), Formal analysis (lead), Investigation (lead), Writing — original draft (equal), Writing — review & editing (equal), Project administration (lead).

- [Conceptualization](<https://casrai.org/credit/roles/conceptualization>)
- [Data curation](<https://casrai.org/credit/roles/data-curation>)
- [Formal analysis](<https://casrai.org/credit/roles/formal-analysis>)
- [Investigation](<https://casrai.org/credit/roles/investigation>)
- [Methodology](<https://casrai.org/credit/roles/methodology>)
- [Project administration](<https://casrai.org/credit/roles/project-administration>)
- [Resources](<https://casrai.org/credit/roles/resources>)
- [Validation](<https://casrai.org/credit/roles/validation>)
- [Writing — original draft](<https://casrai.org/credit/roles/writing-original-draft>)
- [Writing — review & editing](<https://casrai.org/credit/roles/writing-review-editing>)

Generated with the [CASRAI CRediT Statement Builder](<https://casrai.org/tools/statement-builder>).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora e o autor declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS

Marta Pontes de **Campos** é doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Paulo Roberto Neves **Costa** é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.